



Assimetrias, obscurecimentos e inversão: das relações de agir, saber e poder entre o “usuário” e a “máquina”

Michelle Gomes Alonso Dominguez

Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-0794-2514>

E-mail: michelle.alonso@gmail.com

RESUMO

O presente artigo propõe uma reflexão sobre a interação entre o usuário e as tecnologias digitais contemporâneas, a partir das relações de agir, de saber e de poder em que estão envolvidos. Identificando a assimetria que constitui tais relações, são observados movimentos de obscurecimento dessas diferenças que invertem os sentidos e reforçam a manutenção de dominação. Compreendidos como estratégia ideológica, esses obscurecimentos são produzidos tanto discursivamente quanto pela própria infraestrutura digital. De caráter multidisciplinar, o estudo integra diferentes áreas do conhecimento dedicadas às relações entre sociedade e linguagem, como Análise do Discurso, Comunicação, Antropologia e Sociologia, apoiando-se em pesquisadores como Fairclough (2003, 2016), Paveau (2021), Salgado (2021), Lemos (2021), Cesarino (2022), Zuboff (2020) e Thompson (2011).

PALAVRAS-CHAVE: Discurso; Tecnologia; Sociedade; Poder.

Asymmetries, obscurities and inversion: on the relationships of action, knowledge and power between the ‘user’ and the ‘machine’

ABSTRACT

This paper proposes a reflection on the interaction between the user and contemporary digital technologies, examining the relationships of action, knowledge and power involved. By identifying the asymmetry inherent in these relationships, the study observes processes that obscure these differences, thereby reversing meanings and reinforcing domination. Understood as an ideological strategy, these obscurations are produced both discursively and by the digital infrastructure itself. Multidisciplinary in nature, this research integrates various fields dedicated to the interactions between society and language, such as Discourse Analysis, Communication, Anthropology, and Sociology, drawing on scholars such as Fairclough (2003, 2016), Paveau (2021), Salgado (2021), Lemos (2021), Cesarino (2022), Zuboff (2020), and Thompson (2011).

KEYWORDS: Discourse; Technology; Society; Power.



1. Introdução

Memória ilimitada vs. velocidade permanente; acesso à informação vs. propagação de *fake news*; comunicação todos-todos vs dinâmica de *influencers*; acesso ilimitado vs. personalização, esses são apenas alguns dos paradoxos que constituem as interações na *web* e, de acordo com Leticia Cesarino (2022, p. 107), há uma “reciprocidade assimétrica e invertida entre usuários e algoritmos” que está na base de muitos deles. Partindo de tal premissa, a investigação de discursos nativos digitais (produzidos, circulados e consumidos *online*) demanda a consideração de tais assimetrias, posto que elas posicionam o usuário/sujeito na interação, bem como delimitam o espaço da máquina¹ nesta discussão.

Como analista do discurso, interessam-me sobremaneira as questões relacionadas à constituição/manifestação dos sujeitos no discurso, e não é de hoje que as tecnologias digitais vêm impondo dificuldades a essa reflexão. Tanto é assim que, a despeito do reconhecimento dos limites enfrentados por concepções pré-digitais na compreensão de sujeitos em interação digital, não são muitos os estudos que se arriscam em tal empreitada. E este artigo é mais um deles. Proponho-me, no entanto, a uma tarefa que considero essencial para que o debate avance: refletir (i) sobre as assimetrias, na relação e nos saberes, entre usuário e máquina; (ii) sobre os obscurecimentos que reforçam tais assimetrias; (iii) sobre os modos de discursivização que os apoiam. Para tanto, o artigo se divide em três seções, nas quais são consideradas, respectivamente, as relações de agir, de saber e de poder. Na primeira delas, parto da relação entre os sentidos de usuário e sujeito para reconhecer uma inversão de expectativa de agência e uma diferença na posição das entidades em relação; na sequência, são apreciadas as divergências entre saberes de usuário e máquina, reconhecendo-se a alienação técnica como projeto inscrito na arquitetura digital; por fim, os obscurecimentos infraestruturais e discursivos são interpretados como relações de poder assimétricas alimentadas por estratégias ideológicas.

A perspectiva epistemológica que me orienta na reflexão sobre os fenômenos é da Análise de Discurso Crítica (Fairclough, 2003, 2016). A partir dela, estabeleço diálogo com outras discursistas, Salgado (2021) e Paveau (2021), e com pesquisadores de outras áreas do conhecimento interessadas nas relações entre tecnologia, sociedade e poder, como Lemos (2021), Cesarino (2022), Zuboff (2020) e Thompson (2011).

2. Das relações de agir

Em português, como em outras línguas², os termos que nomeiam a pessoa que acessa a internet registram a agência do indivíduo, seja como responsável pela “navegação” (inter + **nauta**), seja pela identificação de alguém que faz uso de um objeto ou serviço (**usuário**). Como seres em

¹ Uso o termo neste artigo não como referente aos aparelhos (computadores, *tablets*, *e-readers*, *smartphones*, *smartwatches* etc.), mas como metonímia dos sistemas infraestruturais das plataformas e aplicativos.

² Em espanhol, os termos são os mesmos; em inglês, “*internet user*” ou “*netizen*” (que combina “*net*” e “*Citizen*”); em francês, “*Internaute*” (combinação de *internet* com o sufixo *-aute*, indicando alguém que “navega” na internet), em alemão, “*Internetnutzer*” ou “*Internetbenutzer*” (onde *nutzer* e *benutzer* significam “usuário” em alemão).



interação linguística (com outros humanos ou com a máquina), esses usuários recobrem-se em sujeitos e, em qualquer abordagem de Análise do Discurso, estão submetidos ao poder.

Para Foucault (1996), o sujeito é um produto das relações de poder e das práticas discursivas que operam na sociedade. Como efeito de dispositivos de poder e saber, ele é constituído por práticas discursivas e de controle. Em sentido semelhante, mas a partir de relações diferentes, Pechêux (1983) concebe o sujeito como entidade não autônoma, “assujeitado” pelas formações discursivas que lhe preexistem e posicionado em discursos que refletem as estruturas de poder e as ideologias em que está inserido. Algum espaço de agência é reservado ao sujeito na perspectiva de Fairclough (2016), para quem, embora seja moldado pelas estruturas de poder, o sujeito mantém algum espaço de negociação e contestação dessas influências porque atua no nível dos eventos sociais. Como se vê por esse brevíssimo e simplificado compilado conceitual, qualquer rota que se adote na elaboração do sujeito nos conduz ao reconhecimento inescapável dos atravessamentos sócio-históricos de sua constituição e abre uma primeira fresta de desconfiança sobre a agência e a autonomia desses usuários/internautas.

Expondo a necessidade de reformulação conceitual dos estudos discursivos a partir da virada digital, Marie-Anne Paveau (2021) inaugura uma Análise do Discurso Digital que compreende os discursos nativos digitais como compósitos de linguagem e técnica entre humano e máquina. Assim, Paveau (2021, p. 31) defende “uma perspectiva ecológica e integrativa que reconhece o papel dos agentes não humanos nas produções languageiras” e, entre as reformulações conceituais que elabora, interessa ao debate aqui proposto a seguinte:

Chamo de ambiente o conjunto de dados humanos e não humanos dentro dos quais os discursos são desenvolvidos. A noção de ambiente é para mim uma alternativa crítica à de contexto comum na análise do discurso, bastante centrada em parâmetros sociais, históricos e políticos. Esta noção é consistente com uma abordagem ecológica da produção de enunciados, implicando que o objeto de análise não é mais apenas o enunciado, mas todo o sistema no qual ele é produzido. Na análise do discurso digital, a noção de ambiente é central, pois dá conta dos aspectos compósitos (tecnolinguísticos e tecnodiscursivos) dos discursos: a tecnologia não é um simples “suporte”, mas sim um componente estrutural dos discursos. O agente enunciativo está distribuído no ecossistema digital (Paveau, 2013, p. 142) (tradução nossa).³

Reconhecida como parte constitutiva dos discursos, nessa perspectiva, a tecnologia compartilha com o sujeito a agência enunciativa. Temos aqui um desdobramento interessante, posto que, como toda ferramenta técnica, os recursos cibernéticos são criados pela humanidade e, nesse sentido, são atravessados pelas mesmas estruturas de poder que constituem os sujeitos. Mas, diferentemente destes, aqueles são recursos elaborados em decorrência de interesses

³ *J'appelle environnement l'ensemble des données humaines et non humaines au sein desquelles les discours sont élaborés. La notion d'environnement est pour moi une alternative critique à celle de contexte courante en analyse du discours, plutôt centrée sur les paramètres sociaux, historiques et politiques. Cette notion est cohérente avec une approche écologique de la production des énoncés, impliquant que l'objet d'analyse n'est plus seulement l'énoncé mais l'ensemble du système dans lequel il est produit. Dans l'analyse du discours numérique, la notion d'environnement est centrale puisqu'elle rend compte des aspects composites (technolangagiers et technodiscursifs) des discours : la technique n'est pas un simple « support » mais bien un composant structurel des discours. L'agent énonciatif se trouve distribué dans l'écosystème numérique*

socioeconômicos hegemônicos. Em tempos de capitalismo de vigilância (Zuboff, 2020), é importante ter clareza de que a internet e a *web* são artefatos técnicos estruturados a partir de uma lógica neoliberal capaz de monetizar informação, atenção e afetos.

Promovida pela captação e análise de dados, tal monetização desloca o usuário do papel social de cliente para o de mercadoria. Afinal, a relação comercial efetiva se dá entre as *big techs*⁴ que controlam o mercado e outras empresas – estas, sim, clientes – interessadas em explorar o processamento de dados. Do ponto de vista da relação comercial, parece-me inegável que somos o produto e, portanto, “coisa” valorada e submetida aos atores do mercado. Na perspectiva da interação, entretanto, não somos inertes. Afinal, são os usuários que criam os conteúdos gerenciados pelas plataformas, que curtem, compartilham, clicam, lincam, postam etc. Essas ações podem ser compreendidas como enunciados compósitos sujeito-máquina, conforme Paveau (2021), mas vou propor uma abordagem distinta que pensa essa relação/integração a partir de uma assimetria fundante que os coloca em posições diversas.

De acordo com Cesarino (2022, p. 89), “os ambientes das novas mídias são construídos a partir de um pressuposto inverso [...] o usuário humano não é o agente, mas o ambiente, para a agência de sistemas não humanos”. Pensarmo-nos como ambiente para a agência de outros seres/entidades pode ser desconcertante – apesar de sabermos, esquecemo-nos com frequência de que somos ambiente para um universo de bactérias e micro-organismos –, especialmente se consideramos uma agência maquinica. Mas de que outro modo pensar nossa interação com a arquitetura algorítmica que estrutura as plataformas?

Como “infraestruturas digitais (re)programáveis que facilitam e moldam interações personalizadas entre usuários finais e complementadores, organizadas por meio de coleta sistemática, processamento algorítmico, monetização e circulação de dados” (van Dijck; Poell; Waal, 2020, p. 4), as plataformas atuam transformando ações em dados quantificáveis, permitindo amplo rastreamento e análises preditivas. E o “motor desse processo de uso dinâmico de dados são os sistemas algorítmicos altamente performativos” (Lemos, 2021, p. 195). Na *web*, a série de instruções, raciocínios e operações que os algoritmos realizam visa à manutenção do usuário em interação constante com a máquina, pois é a partir dela que se gera valor.

A manutenção do engajamento do usuário depende do conhecimento sobre seus interesses e gostos, o que, por sua vez, depende de que essas informações sejam colhidas a partir dos rastros de sua navegação. Para que os dados sejam colhidos, é importante manter a atenção e a interação do usuário, o que, por sua vez, é conquistado a partir de um ambiente de navegação que atenda especificamente aos interesses desse usuário, gerando um ciclo infinito de retroalimentação entre coleta de dados-personalização e coleta de dados (Dominguez, no prelo).

Nesse ciclo, observamos o algoritmo aprendendo e aperfeiçoando suas habilidades a partir de um ambiente-usuário que o alimenta a cada gesto. Como qualquer ambiente, o usuário não é passivo. Afinal, o agente-máquina depende de sua interação para se desenvolver. A questão

⁴ Termo usado para nomear as gigantes (Google, Apple, Microsoft, Meta, Amazon) que monopolizam o mercado digital e, conseqüentemente, a exploração e o controle de dados.



aqui é compreender essa interação por uma perspectiva nova, em que as ações humanas estão a serviço da agência desses sistemas; a tal ponto que podemos mesmo nos questionar se as ações foram nossas ou foram instruções da máquina. De uma forma ou de outra, o sucesso dessa interação depende de uma experiência ativa do usuário, que deve interagir com a infraestrutura a partir de um imaginário de autonomia e liberdade – como na “ilusão do um”, em Authier-Revuz (1995).

Há, portanto, em toda a arquitetura das plataformas um obscurecimento dessa relação no sentido de dissimular a agência do sujeito. Elementos clicáveis de toda ordem, *affordances* de busca, compartilhamento etc. criam uma experiência interativa que simula a agência do usuário. É ele quem decide se vai curtir ou não a postagem que viu, se vai compartilhar aquele conteúdo de que tanto gostou; é ele quem digita as palavras na busca ou a pergunta que faz à IA; é ele quem decide os itens de compra que vai colocar no carrinho do *app* do mercado. Mas quem (ou melhor, o que) hierarquizou as postagens na rede social e enviou a leitura? Quem/o que completou as palavras da busca, fez o recorte das várias respostas possíveis e as apresentou em determinada ordem? Quem/o que anunciou uma superpromoção imperdível? Em todos os casos, os gestos do usuário são contornados pelo algoritmo, de modo a criar uma ilusão que inverte os papéis de agente e ambiente em função da eficácia do ciclo, gerando a experiência de agência do usuário em um ambiente digital.

Desse modo, estou propondo um pequeno deslizamento na proposta de Paveau (2021), no sentido de considerar que, para além de afirmar que o discurso digital se funda na coemergência enunciativa entre usuário e técnica, é imprescindível levar em conta a assimetria e a dissimulação envolvidas nessa interação. O elemento técnico não apenas compõe a linguagem – no sentido do composto em Paveau –, ele é agente em um ambiente-usuário que com ele compõe o ecossistema digital elaborado de modo a garantir uma experiência invertida.

3. Das relações de saber

O que fundamenta a assimetria invertida, apresentada na primeira seção, é um modelo de negócio baseado no comércio de informação passada, presente e futura, elaborada a partir da conversão de toda e qualquer ação do usuário em dados digitais rastreáveis. Diferentemente do que se costuma pensar, o interesse não é por nossas informações pessoais cadastrais (cpf, telefone, endereço etc.), mas por nossos traços mais subjetivos, nossos gostos, nossas experiências de vida, nosso deslocamento pela cidade etc.; tudo o que nos compõe como cidadãos, eleitores, trabalhadores, consumidores suscetíveis.

Os dados... a mais importante moeda do chamado capitalismo de vigilância (Zuboff, 2019), que vive tanto do que voluntariamente oferecemos, quando preenchemos formulários de toda sorte, quanto dos resíduos de navegação, a atividade de que nem temos consciência e que revela hábitos e disposições, viabilizando as previsões que constituem o *marketing one to one*, ultrapersonalizado, ultrapreciso no seu modo de oferecer um certo produto ou serviço no exato momento em que se calculou que se está especialmente suscetível de aderir a ele (Salgado, 2020, p. 18).

Como “conjunto de métodos de coleta, processamento e tratamento de dados para realizar predições” (Lemos, 2021, p. 194), a dataficação é um ingrediente indispensável à compreensão das relações contemporâneas. A questão é que, se por um lado sabemos de sua importância, por outro, como usuários, pouco conhecemos sobre seu funcionamento. Cesarino (2021, p. 198), apresenta uma descrição bastante ilustrativa dessa discrepância:

Do ponto de vista do usuário, o botão “curtir” do Facebook serve para indicar concordância etc. Do ponto de vista da plataforma que o criou, esse botão é um *input* para a clusterização dos usuários com outros visando o microdirecionamento de anúncios, além de *plug-in* para APIS que permitem compartilhar dados dos usuários com outros *sites*.

Cada gesto de interação do usuário é experimentado nessa infraestrutura como uma produção enunciativo-discursiva, seja com outros usuários (como nas redes sociais), seja com a máquina, em interações com IA generativas, como o ChatGPT. Na esfera do usuário, curtir e compartilhar um conteúdo são atos enunciativos; fazer uma pergunta ou pedir uma informação ao ChatGPT, também. Na esfera da máquina, entretanto, não há apenas gestos ou produção enunciativa. Há conversão de tudo em dados que alimentam sistemas algorítmicos diversos, criados com a função de gerar lucro para as empresas. E quando digo “tudo”, exponho a diferença brutal em relação aos saberes: o usuário nada (ou pouco) sabe sobre como seus gestos são codificados pelo sistema; o aparato técnico das plataformas, por sua vez, sabe até do que os usuários não têm consciência. É essa assimetria em relação aos saberes do que acontece “da tela pra cá” ou da “tela pra lá” que sustenta, simultaneamente, uma experiência de usuário ativa, individualizada e empoderadora e a força político-econômica das grandes corporações da indústria *tech*.

A alienação técnica do usuário é, obviamente, projetada pela própria infraestrutura digital, pois ela atende aos interesses das empresas. A essa dimensão técnica são associados valores produzidos pela própria experiência do usuário com a materialidade do artefato e pelas diversas instâncias sociais que abordam o tema (mídia, academia, empresas etc.). Luciana Salgado (2020, p. 20) observou essa relação a partir da concepção de psicoesfera, do geógrafo Milton Santos:

Milton Santos propõe compreendermos que, pela primeira vez na história da humanidade, temos uma técnica que se distribui por todo o globo, uma tecnoesfera de diferentes densidades nas diferentes partes do globo, mas que toma todo o planeta distribuindo informação, coletando informação, cruzando dados, cruzando dados, cruzando dados... e produzindo as “verdades” que geram “engajamento”. Segundo o autor, à tecnoesfera corresponde uma psicoesfera, um conjunto de valores, crenças, sonhos... uma espécie de “grande sentimento de mundo” que não só deriva dos usos da tecnoesfera como recai sobre ela, demandando ajustes ou transformações.

Não pretendo explorar aqui todos os desdobramentos da psicoesfera vinculada à tecnoesfera contemporânea. Mas é importante observar que a assimetria nas relações de saber entre usuário e máquina se apoia em uma psicoesfera de neutralidade das tecnologias digitais, que as compreende pelo campo semântico da “ferramenta” e do “serviço”. Já me referi, neste artigo, a termos, como “navegação” e “busca”, como reforçadores de um imaginário de agência do usuário.



Ao fazerem isso, tais expressões – e tantas outras similares – contribuem com a crença de que a *web* é um espaço neutro, cujos recursos estão à nossa disposição. Segundo esse imaginário, uma busca no google seria como entrar em uma biblioteca que contém toda a informação produzida no mundo organizada por palavras-chave; ou seja, é a agência do usuário que produz os resultados pela busca, sendo a empresa apenas o repositório. Vejamos como a própria empresa se define:

IMAGEM 1. Sobre a Google (captura de tela)

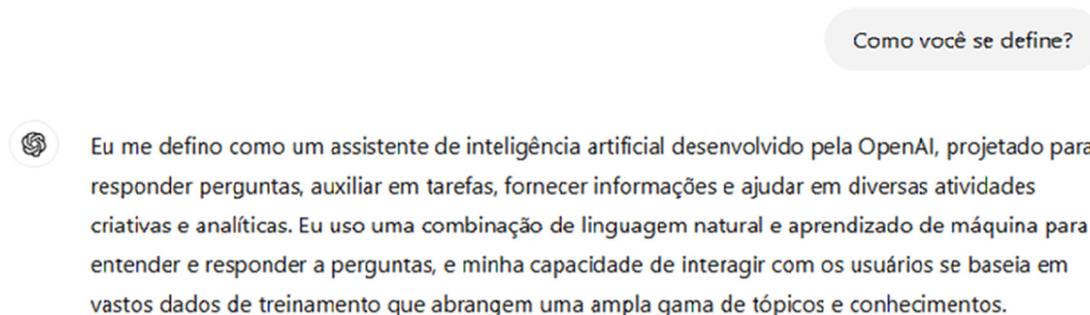


Fonte: Google (acesso em: 01/11/2024)

Na definição de sua missão, a empresa se compromete a “organizar as informações do mundo para que sejam universalmente acessíveis e úteis para todos”. Nesse sentido, a empresa se coloca como uma ferramenta de organização (“organizar”) da totalidade de informações existentes (“das informações do mundo”) a serviço de todos (“universalmente acessíveis e úteis a todos”). O sentido de ferramenta é elaborado aqui a partir da imparcialidade implícita na descrição pela integração das expressões “do mundo”, “universalmente” e “para todos” que retiram da empresa qualquer interesse particular. Como ferramenta de organização, a plataforma afirma ainda que seus critérios atenderão à finalidade (“para que”) de acessibilidade e utilidade universais.

De modo equivalente, ao ser perguntado sobre como se define, o ChatGPT deu a seguinte resposta:

IMAGEM 2. Pergunta ao ChatGPT (captura de tela)



Fonte: ChatGPT (acesso em: 01/11/2024)

Definindo-se como “assistente”, a plataforma coloca-se como ferramenta a serviço do usuário para “auxiliar”, “ajudar” e, desse modo, neutraliza sua posição de agente. Ainda que esclareça sobre o fato de que sua “capacidade de interagir com os usuários se baseia em vastos dados de treinamento”, o ChatGPT mantém preservada sua imagem de neutralidade por vincular sua interação com o usuário a dados, categoria muitas vezes associada a uma racionalidade numérica imparcial.

Como se vê pelos exemplos, as plataformas dissimulam discursivamente sua neutralidade, apresentando-se como ferramentas (objetos inanimados concebidos para facilitar a realização de uma tarefa) que servem à ação e aos interesses do usuário. Desse modo, ofuscam o fato de que seus algoritmos seguem parâmetros desenvolvidos em função da monetização das plataformas, contribuindo assim para a alienação técnica dos usuários.

Esse imaginário de neutralidade das plataformas se conforta ainda em uma concepção de imparcialidade dos dados que vem sendo apropriada não só pelo senso comum, mas por diversas áreas científicas. Concebidos como transparentes, os dados e a correlata análise máquinica são equivocadamente tratados como “neutros, racionais e eficientes” (Lemos, 2021, p. 198):

Sabemos que não há dados brutos e que o algoritmo é uma escrita e, como toda escrita, produz enviesamentos (Couldry 2020; Kitchin 2014b; Mayer-Schönberger e Cukier 2013). Como os dados são coletados e tratados como se fossem brutos, e como esses algoritmos funcionam como uma inteligência técnica e racional (logo neutra), a dataficação e a performatividade algorítmica seriam “a” maneira de conhecer e gerir a vida no planeta (idem).

Assim, por meio de um imaginário de neutralidade dos dados e das plataformas, vem se produzindo uma dataficação da sociedade, da natureza, do conhecimento e, em última instância, da vida (Lemos, 2021), que, simultaneamente, aprofunda as diferenças entre os saberes do usuário e da máquina e obscurece os interesses envolvidos na programação dos sistemas de captação e tratamento dos dados.

4. Das relações de poder

Observamos nas seções anteriores como as assimetrias entre usuário-ambiente *vs.* máquina agente / ignorância de usuário *vs.* onisciência da máquina são constitutivas da interação humana com as tecnologias digitais e são dissimuladas pela infraestrutura e pelos discursos em sentidos invertidos. A primeira questão a se notar aqui refere-se ao fato de que relações assimétricas devem ser compreendidas como relações de poder e de dominação. Nas palavras de Thompson (2011, p. 73):

Podemos falar de “dominação” quando relações estabelecidas de poder são “sistematicamente assimétricas”, isto é, quando grupos particulares de agentes possuem poder de uma maneira permanente, e em grau significativo, permanecendo inacessível a outros agentes, ou a grupos de agentes, independentemente da base sobre a qual tal exclusão é levada a efeito.



Diante da performatividade maquínica desenvolvida na interação com um ambiente-usuário, é inevitável reconhecer a assimetria sistemática envolvida nessa relação. Como ambiente, a ação/poder humana fica submetida à agência de uma infraestrutura técnica que se desenvolve em seu próprio benefício, no sentido de aprimorar seus mecanismos no exercício de poder – “tratamento e análise dos dados para fazer inferências, gerar recomendações e auxiliar na tomada de decisão” (Lemos, 2021, p. 195). Não me parece haver outra forma de nomear tal relação que não seja pela dominação.

Como qualquer outra relação de poder e dominação, essa também está submetida aos padrões da hegemonia, cujo principal compromisso é o consentimento ativo dos dominados, que passam a incorporar em suas práticas todo um sistema de crenças que mantém e conserva as relações de dominação (Gramsci, 1978). A alienação técnica dos usuários, a dissimulação de sua agência e o reforço técnico e discursivo de um imaginário de neutralidade da máquina podem ser compreendidos, portanto, como estratégias ideológicas – no sentido que Thompson (2011) dá ao termo – de manutenção dessas relações de poder.

Partindo de uma concepção crítica de ideologia, Thompson (2011, p. 79) atribui ao termo um sentido negativo (enganador, ilusório ou parcial), definindo-o “em termos das maneiras como o sentido, mobilizado pelas formas simbólicas, serve para estabelecer e sustentar relações de dominação”. Compreendidas como um amplo espectro de ações, falas, imagens e textos reconhecidos como constructos significativos, as formas simbólicas se entrecruzam com relações de poder de variadas maneiras:

Há inúmeros modos em que o sentido pode servir, em condições sócio-históricas específicas, para manter relações de dominação, e nós podemos responder a essa questão de uma maneira apropriada somente prestando atenção cuidadosamente à interação entre sentido e poder nas circunstâncias concretas da vida social. [...] aqui, pode ser útil identificar certos modos de operações gerais da ideologia e indicar algumas das maneiras como eles podem estar ligados, em circunstâncias particulares, com estratégias de construção simbólica (Thompson, 2011, p. 80).

O teórico apresenta cinco modos gerais (não exclusivos) de operação da ideologia: legitimação, dissimulação, unificação, fragmentação e reificação. Em vista do que foi elaborado anteriormente nas relações de agir e saber, interessa-me aqui, especialmente, o modo da dissimulação. Como um *modus operandi* da ideologia, a dissimulação oculta, nega ou obscurece relações de dominação a partir de representações elaboradas por estratégias linguísticas, como o deslocamento, o eufemismo e o tropo (sinédoque, metonímia e metáfora).

Observado pelo uso de termos, como “usuário”, o deslocamento é uma estratégia que se dá quando um termo passa a ser associado a um referente distinto de seu uso original. Antes da virada digital, a palavra “usuário” definia apenas aquele que usa uma ferramenta ou serviço, sendo, portanto, recoberto pelos sentidos de agente e beneficiário da ação. Deslocado para nomear a pessoa em interação com as plataformas e aplicativos, o vocábulo recobre a entidade com os sentidos originais do termo e, simultaneamente, encobre a agência da máquina e os potenciais malefícios dessa interação. De modo semelhante, o sentido de “serviço” que as plataformas atribuem a si constrói uma imagem altruísta positiva, com base em um eufemismo

que recobre a relação de exploração algorítmica; e os tropos de “navegação”, “universalidade” etc. estabelecem a imagem de neutralidade e imparcialidade que invisibilizam a agência e os interesses das plataformas.

Assim, em interação com o usuário, as máquinas assumem uma posição de poder – de agir e de saber – articulada pela própria infraestrutura algorítmica das plataformas e dos discursos associados às tecnologias. Compreendida como dominação, tal relação é estabelecida e sustentada por formas simbólicas ideológicas que a dissimulam em sentidos invertidos, atribuindo agência ao usuário e neutralizando a performatividade da máquina. É nesse sentido que contribuem para a instituição do que se tem convenicionado chamar *colonialismo de dados*:

O epistemicídio não recai somente à racialidade, também integra o regime de verdade da colonialidade que está justaposto com práticas acríticas e normalizadas pelas infraestruturas de submissão que se baseiam na alienação técnica e são fundamentais para o ordenamento neoliberal em uma sociedade fortemente dataficação (Silveira, 2021, p. 35).

E assim, erguida sobre a negação e o apagamento das relações de poder e saber, a colonialidade se amplia às tecnologias mantendo o padrão mundial de poder capitalista.

5. Considerações finais

Como aparato técnico circunscrito sócio-historicamente, a tecnologia digital se constitui a partir de uma hegemonia capitalista à qual atende. É técnica desenvolvida por monopólios empresariais em função do lucro e dos poderes comercial, político e econômico. É nesse sentido que se conformam em plataformas, cuja arquitetura se institui na captura, no processamento e na análise de dados gerenciada por algoritmos performativos alimentados pela interação com o usuário.

Partindo dessa relação, propus um primeiro deslizamento conceitual, identificando posições distintas de interação entre o usuário e a máquina, sendo o primeiro ambiente para a agência da última. Assimetricamente situadas, essas entidades agem a partir de lugares diferentes, apresentados de modo invertido na infraestrutura algorítmica e nos discursos sobre a máquina, que dissimulam a agência do usuário.

No mesmo sentido, foi identificada a assimetria entre os saberes do usuário e das plataformas. Fundamento do empreendimento das *big techs*, a alienação dos usuários é alimentada discursivamente pelo reforço da neutralidade e imparcialidade da técnica. Altamente performativos, os sistemas digitais contemporâneos se mantêm associados a campos semânticos de “ferramenta” e “serviços” e, assim, ofuscam sua atuação em função da monetização das plataformas.

Tais assimetrias e obscurecimentos nas relações de agir e saber entre usuário e máquina foram interpretadas como relações de poder e dominação, pois invertem a experiência do sujeito por meio de estratégias ideológicas que dissimulam sua agência e autonomia, bem como invisibilizam a atuação da tecnologia. Menos do que um acontecimento, trata-se de um



projeto, posto que a eficácia da dinâmica hegemônica pressupõe o consentimento ativo dos dominados.

Acredito que o caminho, para pensar o sujeito nesse novo paradigma de interação, passa, inevitavelmente, pela compreensão das relações entre o usuário e a máquina que busquei mostrar aqui e, nesse sentido, espero ter contribuído para o debate. Mais do que isso, tentei colaborar com o descortinamento das assimetrias que fundamentam essas relações torcidas na técnica e no discurso para a manutenção do poder e, conseqüentemente, fomentar uma ação de um ambiente-usuário comprometido com a transformação da agência da máquina.

CONFLITO DE INTERESSES

A autora não tem conflito de interesses a declarar.

REFERÊNCIAS

AUTHIER-REVUZ, J. **O sujeito do discurso**. Campinas: Pontes, 1995.

CESARINO, L. Pós-verdade: uma explicação cibernética. **Revista Ilha** - Dossiê da VII Reunião de Antropologia da Ciência e da Tecnologia, 2020. Disponível em: <https://www.academia.edu/41347109/Pós_verdade_uma_expliação_cibernética_preprint_>. Acesso em: 05/08/ 2020.

CESARINO, L. **O mundo do avesso: verdade e política na era digital**. São Paulo: Ubu Editora, 2022.

DOMINGUEZ, M. G. A. Rel(ações) de resistência nas redes sociais digitais: intertextualidades hegemônicas e comunidades insurgentes. In: DEUSDARÁ, B.; DOMINGUEZ, M.; JOSIOWICZ, A. (Orgs.). **Discurso e Humanidades digitais: perspectivas interseccionais em debate**. Campinas, SP: Ed. Mercado de Letras (no prelo).

FAIRCLOUGH, N. **Analysing discourse**. Textual analysis for social research. London and New York: Routledge, 2003.

FAIRCLOUGH, N. **Discurso e mudança social**. Brasília: UnB, 2016.

FOUCAULT, M. **Ditos e Escritos V: Ética, Sexualidade e Política**. Organização de Daniel Defert e François Ewald; tradução de Elisa Monteiro e Inês Autran Dourado Barbosa. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1996.

GRAMSCI, A. **Maquiavel, a política e o Estado moderno**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

LE MOS, A. Dataficação da Vida. **CIVITAS** – Revista de Ciências Sociais: Dossiê: Digitalização e dataficação da vida: pervasividade, ubiquidade e hibridismos contemporâneos. Escola de Humanidades: PUCRS, 2021. Disponível em: Dataficação da vida | Civitas: revista de Ciências Sociais. Acesso em: 01/11/2024.

PAVEAU, M-A. Technodiscursivités natives sur Twitter. Une écologie du discours numérique. **Epistémè: revue internationale de sciences humaines et sociales appliquées** /, Center for applied cultural science, Korea university, Séoul, 2013, 9, p.139-176.

PAVEAU, M-A. **Análise do discurso digital: dicionário das formas e das práticas**. Campinas, SP: Pontes Editores, 2021.



PÊCHEUX, M. A propósito da análise automática do discurso: atualização e perspectivas. *In*: GADET, Françoise; HAK, Tony (Orgs.). **Por uma análise automática do discurso**: uma introdução à obra de Michel Pêcheux. Campinas: Editora da Unicamp, 1990.

QUIJANO, A. Colonialidade do poder e classificação social. *In*: SANTOS, B. S. e MENESES, M. P. (Orgs.). **Epistemologias do Sul**. São Paulo: Cortez, 2010.

SALGADO, L. S. A dimensão algorítmica dos discursos ou como a língua se textualiza nos mídiuns digitais. *In*: ABREU-TARDELLI, L.; GARCIA, T.; FERREIRA, A. (Orgs.). **Pesquisas em Linguagem**: diálogos com a contemporaneidade. Campinas, SP: Pontes Editores, 2021.

SILVEIRA, S. A. A hipótese do colonialismo de dados e o neoliberalismo. *In*: SILVEIRA, S. A., SOUZA, J. e CASSINO, J. F. (Orgs.). **Colonialismo de dados**: como opera a trincheira algorítmica na guerra neoliberal. São Paulo: Autonomia literária, 2021.

VAN DIJCK, J.; POELL, T.; WALL, M. Plataformização. **Revista Fronteiras** – estudos midiáticos 22(1):2-10 janeiro/abril, 2020 Unisinos. Disponível em: DOI: 10.4013/fem.2020.221.01. Acessado em: 10/09/2024.

THOMPSON, J. B. **Ideologia e cultura moderna**: teoria social crítica na era dos meios de comunicação de massa. 9. ed. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2011.

ZUBOFF, S. **A era do capitalismo de vigilância**: a luta por um futuro humano na nova fronteira do poder. Trad. de George Schlesinger. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2020.

